

PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE PELC - UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA UM ENVELHECIMENTO ATIVO

Joelma Cristina Gomes

Formadora do programa PELC bolsista da UFMG/ME, joelmald@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta e discute o conceito, diretrizes, organização e alcance de uma política pública na área do envelhecimento. O programa Vida Saudável foi criado no ano de 2004 e atualmente tem 43 convênios pactuados, 185 núcleos de lazer e esporte recreativo, atende 37.000 beneficiários está em 12 estados da federação. O objetivo central do programa é democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem sucedido. A gestão é realizada por meio de uma parceria entre Ministério do Esporte e Universidade Federal de Minas Gerais UFMG que acompanha sistematicamente de forma presencial, por meio dos formadores do programa, e por meio de um sistema de monitoramento online o Minboé. O programa empodera idosos e equipes locais nos municípios brasileiros na política do esporte recreativo e do lazer e tem como objetivo se tornar uma política de governo e não de estado.

PALAVRAS – CHAVES: Política Pública, Programa Pelc /Vida Saudável, Envelhecimento Ativo.

ABSTRACT

This paper presents and discusses the concept, guidelines, organization and scope of public policy in the field of aging. The Healthy Living program was created in 2004 and currently has 43 contracted partnerships, 185 centers of leisure and recreational sport, serves 37,000 beneficiaries are in 12 states. The main objective of the program is to democratize leisure and recreational sport to promote health and successful aging. The management is carried out through a partnership between the Sports Ministry and Federal University of Minas Gerais - UFMG that systematically monitors in person, through the program's trainers, and through an online monitoring system the Minboé. The program empowers seniors and local teams in municipalities in recreational sport and leisure policy and aims to become a government policy and not state.

KEY - WORDS: Public Policy, Pelc -Healthy Living Program, Active Ageing.

INTRODUÇÃO

O Brasil assim como os países da América Latina possui hoje a característica de um país que envelhece. De acordo com as Nações Unidas por volta de 2045 o número de idosos no mundo deverá ultrapassar pela primeira vez na história da humanidade o número de crianças.

No caso do Brasil, assim como os outros países latinos, o problema se agrava, pois diferente da Europa nós não enriquecemos primeiro para depois envelhecemos. E essa realidade causa impactos homéricos em todo o sistema público, tanto em logística operacional quanto, de investimento financeiro na seguridade dos direitos adquiridos de previdência. O aumento da demanda de pessoas idosas em pouco espaço de tempo preocupa os mais bem preparados gestores financeiros dos países, como também gestores de políticas da área da saúde, pois altos investimentos em medicação e internação na atenção secundária e terciária deverão ser alocados para atender as comorbidades do envelhecimento.

Um Brasil com mais idosos e menos jovens no futuro é fruto de uma combinação explosiva de fatores acumulados nas últimas seis décadas (entre 1950 e 2010): queda de mais de 80% da mortalidade infantil no país; redução drástica da natalidade, uma vez que as mulheres que, em 1950, tinham em média seis filhos, em 2010 passaram a ter, em média, apenas um ou dois filhos; aumento da expectativa de vida, que passou de 51 anos, em 1950, para 73 anos, em 2010, com previsão de atingir os 80 em 2050 (Berzins; Borges, 2012, p. 184).

É fato que essa transição demográfica acelerada e sem referências de outros países leva o governo, empresas e sociedade civil a criar estratégias para que a atual forma de gestão das cidades possam sofrer alterações emergenciais nas políticas, produtos e serviços. O planejamento deve considerar que a população passará por necessidades específicas relacionadas ao processo de envelhecimento.

Ciente desse cenário o Governo Federal por meio do Ministério do Esporte teve como iniciativa política na área da prevenção, ou seja, da promoção da saúde criar uma estratégia democrática para acesso ao esporte e lazer.

O objetivo desse trabalho é divulgar e apresentar a metodologia, diretrizes e princípios do PELC programa de esporte e lazer da cidade.

METODOLOGIA

A pesquisa procurou investigar nos documentos do programa PELC, site do Ministério do Esporte e material de apoio pedagógico dos formadores do programa para relatar e fundamentar a proposta de política pública para um envelhecimento ativo no Brasil. O estudo foi realizado mediante a combinação de pesquisas bibliográfica e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa foi criado no ano de 2004 para atender uma demanda do direito social de acesso ao esporte e lazer. Desde então, por meio de ações intersetoriais, ocorreu um processo de qualificação das diretrizes, princípios e objetivos com a intenção de ampliar e democratizar a política. Esse programa é desenvolvido pelo Ministério do Esporte por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e está atualmente vinculado aos seguintes departamentos: Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Lazer, Educação, e Inclusão Social (DEDAP), que abarca a CGEPEL (Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas de Esporte e Lazer) e Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social (DEGEP), que compreende, entre outros a CGAO (Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Convênios); O programa atende todo território nacional e possui atualmente três modalidades: Pelc Urbano, Pelc Comunidades Tradicionais e Pelc Vida Saudável.

O PELC Vida Saudável é uma política pública que visa oportunizar a pessoa acima de 45 anos a prática regular de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer, estimulando um estilo de Vida Ativo, proporcionando o conhecimento de novas atividades artísticas e culturais valorizando a sabedoria popular adquirida por essa população. As atividades de convivência são o palco principal do programa, pois um dos grandes objetivos é tirar o idoso do isolamento social.

O programa se desenvolve por meio de oficinas que atendem aos vários interesses do lazer; intelectuais, físico-desportivos, artísticos, manuais, sociais e turísticos agregando valor e significado a prática de lazer e o convívio social. As atividades de convivência têm como objetivo qualificar o envelhecimento fomentando a construção de conhecimentos, práticas e resgate da cultura local.

O objetivo central do programa é democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem sucedido.

Os benefícios da atividade física estão presentes nos aspectos biológicos, psicológicos, e sociais, pois ao envelhecer os idosos podem enfrentar problemas como: solidão, ausência de objetivos de vida e de atividades ocupacionais, sociais, de lazer, artístico-culturais e

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

físicas. A atividade física auxilia na reintegração destes na sociedade e melhora o seu bem-estar geral (Mazo, 2009, p.123).

O programa possui características próprias, pois foi e, é construído por um coletivo de profissionais de educação física que são os formadores do programa hoje, pesquisadores e bolsistas da UFMG que é a instituição de ensino superior parceira do programa. São eles os atores que pedagogicamente preparam os Recursos Humanos nos municípios denominados no programa de agentes sociais.

Os núcleos de esporte e lazer da cidade são implementados através de celebração de convênios ou termos de cooperação entre ME, municípios, distrito federal e entidades estaduais ou federais. O processo de se dá por meio de edital público que pode ser pleiteado de duas formas; por projetos da própria proponente ou emenda parlamentar (Ministério do Esporte, 2013, p.07).

O programa prioriza a diversidade cultural do país reconhecendo a grandeza, riqueza e especificidades de cada região, estado e municípios. Por isso se denomina como esporte e lazer Da cidade onde, cada projeto é desenvolvido considerando a cultura, costumes e hábitos locais.

Uma das questões que indica a importância de construir conhecimento é a necessidade de qualificar a ação política na sua capacidade de dar respostas adequadas e de qualidade às demandas da população. E, para dar essas respostas, é preciso conhecer a realidade. E preciso conhecer as necessidades da população e os gargalos estruturais que impedem a satisfação dessas necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso conhecer as potencialidades e as vocações do setor esportivo de cada região, para poder investir adequadamente e levar o padrão de qualidade na cultura e do esporte (Todin; Vida ; Feix, 2014, p. 101).

De acordo com Ministério de Esporte (2013) o programa Vida Saudável foi edificado e se desenvolve com princípios referenciando: a constituição da República Federativa do Brasil 1988, O estatuto da cidade – lei n. 10.257/01, o plano plurianual 2004/2007 do governo Lula “Brasil um país para todos”, o Plano Plurianual 2008/2011, 2012/2015, Estatuto do Idoso - lei n. 10.741/2003, Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência decreto n. 3298/199 e carta de Ottawa 1989.

O programa além de democratizar o esporte e o lazer que é um direito constitucional tem a intenção de torná-los uma política de estado e não de governo. Para tanto, sua formatação está fundamentada em duas iniciativas; a implementação/desenvolvimento de núcleos de lazer e

esporte recreativo e, formações continuadas que são estratégias executadas periodicamente, para garantir a qualificação e empoderamento local das ações. Os agentes sociais, pessoas da localidade que desenvolvem o programa, são acompanhados durante todo o convênio por meio de encontros, as formações, metodologia adotada no programa. Essas formações são divididas em módulos com respectivas cargas horárias: módulo introdutório I e II cada um com carga horária de 24h e Avaliação I e II cada um com 16h. O módulo de formação em serviço é realizado semanalmente pela equipe e deve ser um momento de estudo, troca de ideias, experiências, palestras com profissionais da localidade, filmes, vídeos e aprofundamento de conceitos do programa. É o momento de planejamento das ações das atividades sistemáticas e assistemáticas do núcleo.

Os núcleos de esporte e lazer recreativo têm como objetivo aglutinar a comunidade e desenvolver oficinas de 1h30 as 2h de duração com atividades corporais, culturais, artísticas e intelectuais. As ações do programa têm caráter lúdico, pedagógico e social e a grande intenção do Ministério do Esporte juntamente com a UFMG é fomentar na comunidade a apropriação dessa política pública para que o empoderamento da pessoa idosa esteja vinculado aos pilares das diretrizes que fundamentam o programa: auto-organização comunitária, trabalho coletivo, protagonismo do sujeito que envelhece valorização da cultura local, valorização dos saberes populares, respeito às diversidades (cultural, sexual, étnica e religiosa), intersetorialidade e municipalização. Essas diretrizes são garantidas por meio dos conteúdos desenvolvidos nas formações como; educação popular, planejamento participativo, gestão compartilhada, participação e controle social.

A duração do convênio pode variar de 16 a 24 meses, dependendo do edital e tem previsão de recursos financeiros para contratação de recursos humanos (agentes sociais e coordenadores), aquisição de material permanente e itens para eventos que são as atividades assistemáticas do programa.

Atualmente o programa tem 43 convênios pactuados, 185 núcleos de lazer e esporte recreativo, 37.000 beneficiários e estamos em 12 estados da federação.

Dados atualizados do programa:

PANORAMA ATUAL - Vida Saudável			
Total de Convênios	Número de Núcleos	Números de Beneficiários	Total de Estados beneficiados
43	185	37.000	12

Fonte : CGAO (Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Convênios ministério do Esporte 2015);

A prioridade do programa é atender municípios que possuem nenhuma, ou pouca referencia/espacos e equipamentos de lazer. Comunidades que não dispõem historicamente da oportunidade de usufruir do lazer como um direito social.

O que acompanhamos são relatos de mudança do *status quo* da população em suas condições de vida; saída do isolamento social, dependência psicológica de consultas médicas, apropriação de sua história de vida, mudança de hábitos alimentares culturalmente estabelecidos por hábitos mais saudáveis.

Não há uma padronização do programa, pois sabemos das variantes culturais que temos na extensão territorial de nosso país. Em muitos deles o grupo gestor local consegue desenvolver uma ação intersectorial na governança municipal entre; Secretarias da Saúde, Assistência Social e Educação o que qualifica o programa e avança nas ações propostas pelo PELC-Vida Saudável. Ouvimos relatos das equipes de saúde que, ocorreram mudanças comportamentais interessantes nos idosos das cidades. Deixaram de procurar os centros de saúde para buscar medicação (que muitas vezes não eram necessárias era mais uma dependência psicológica do que necessidade biológica) e passaram a frequentar as palestras educativas e preventivas.

As equipes locais; agentes sociais de esporte e lazer, coordenadores, controle social e grupo gestor ao longo do convênio vão se qualificando e profissionalizando suas ações como agentes municipais de lazer e o resultado é a mudança na vida das pessoas da comunidade; tanto dos beneficiários quanto da equipe.

A equipe gestora do programa PELC a Universidade Federal de Minas Gerais UFMG oferece um curso EAD com conteúdos específicos na área do envelhecimento ativo. Temas relacionados ao esporte, lazer, saúde, financiamentos e políticas públicas. Estes são organizados em módulos para qualificar e aprofundar as temáticas do PELC. Quanto aos beneficiários há uma transformação e empoderamento social dos idosos, pois, muitas vezes os municípios não possuem nenhuma opção de convivência, lazer e atividade física. O programa trás uma possibilidade de acesso a promoção de saúde na atenção primária e o município constata uma diminuição na procura do serviço público de saúde as UBAS. Por meio de relatos dos prefeitos dos municípios conveniados no programa, houve uma diminuição na compra de medicamentos depois que o programa foi implementado. As equipes de saúde que também fazem parte do conselho gestor do programa, e acompanha os beneficiários em algumas atividades, constata que o comportamento dos idosos perante as morbidades do envelhecimento é modificado. São idosos motivados e rejuvenescidos com as atividades realizadas em grupo. Esse é um resultado de política pública que trata da prevenção, da atenção primária prioritariamente, como ação na área da saúde para a pessoa idosa.

CONCLUSÃO

O programa possui em sua identidade a lógica da inclusão, da democracia e da formação continuada para qualificação das pessoas envolvidas no convênio. Eles se tornam gestores em políticas de esporte e lazer nos municípios que, muitas vezes, não possuem a Secretaria de Esporte, pasta específica que deveria desenvolver o PELC. Essa ausência de política local de esporte e lazer é um reflexo do investimento historicamente construído da política na prevenção e se torna pauta de discussão nas Câmaras Municipais onde, se questiona a garantia desse direito social que tanto traz mudanças significativas para a pessoa idosa. Esse é o resultado qualitativo do programa que já em suas diretrizes indica o empoderamento social como um dos objetivos. O que podemos constatar é que em vários municípios sejam eles de grande, médio ou pequeno porte, a pessoa idosa possui pouca ou quase nenhuma opção de lazer.

A ressignificação dos espaços da cidade, o empoderamento da comunidade a qualificação da equipe local fazem desse programa um marco nos municípios onde é implementado.

O envelhecimento populacional é um dos principais desafios atuais da sociedade contemporânea daí a importância de reconhecer esse programa como uma iniciativa que pode ajudar na conscientização e principalmente criar condições que favoreçam ações que visem o acompanhamento e desenvolvimento de políticas nacionais de integração e promoção da saúde para a população idosa. Idosos são pessoas com potencial criativo, social e humano e dentro de uma concepção gerontológica devem ocupar diferentes espaços e merecem contributos significativos, pois, são os mais experientes da comunidade. É visível o ganho na qualidade de vida das pessoas. Na gestão pública no planejamento de políticas para o envelhecimento tratar a saúde primária como estratégia sustentável para uma população que envelhece é no mínimo mais econômica e viável visto que, agimos na prevenção das comorbidades e do agravamento do quadro da envelhescência. Sendo assim, os investimentos em implementos de programas de lazer e esporte recreativo podem melhor alocar os recursos financeiros, otimizando a política de prevenção tornando-a mais efetiva que ,por exemplo a medicalização, a internação e a criação de estruturas como centros dias e ILP`s instituições de longa permanência de idosos que perdem suas capacidades físicas, mentais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mazo G.Z. Atividade Física e o idoso: concepção gerontológica 3 Ed. rev.e ampl.,porto Alegre:Sulina, 2009.

Berzins MV, Borges MC, Políticas Públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari; 2012.

Todin G, Vidal J.R, Feix E, Anais /11 seminário nacional de políticas públicas e esporte ee lazer, Canoas 31 de maio a 01 de junho de 2013 – porto alegre: Companhia de artes Gráficas.

Ministério do Esporte Programa Vida Ativa- orientações para implementação. Diretrizes 2013 legado esportivo e de lazer nas cidades sede e regiões metropolitanas. Brasília, DF,2013.